

**CARMO, PAULO SÉRGIO DO. ENTRE A LUXÚRIA E O PUDOR: A
HISTÓRIA DO SEXO NO BRASIL. SÃO PAULO: OCTAVIO, 2011. 443
PÁGINAS**

Martinho Tota¹

Já dizia Foucault – em *A vontade de saber* (1999) – que o Ocidente, a partir dos séculos XVII e XVIII, assistiu a uma produção multidiscursiva do sexo e da sexualidade. Corroborando a tese do pensador francês, historiadores como Ronaldo Vainfas – em *Trópico dos pecados* (2010 [1989]) –, Mary Del Priori – em *Histórias íntimas* (2011) –, Luiz Mott – em *O sexo proibido* (1988) –, entre outros, produziram, no final do século XX, estudos no intuito de construir um panorama das práticas, representações, condutas e discursos sexuais ao longo da história do Brasil. Em 2011, Paulo Sérgio do Carmo (formado em Sociologia e Mestre em Filosofia) somou-se a esta lista de estudiosos com o seu *Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil* (São Paulo, editora Octavo).

Fruto de uma pesquisa bibliográfica de fôlego, o livro, distribuído em 19 capítulos, mostra como religiosos e cronistas percebiam o comportamento sexual de homens e mulheres indígenas nos primórdios do “Descobrimento” do Brasil. A nudez e a “luxúria” das mulheres índias, por exemplo, colocavam para os colonizadores europeus questionamentos do tipo: seriam os nativos pecadores governados pelo demônio ou inocentes a serem catequizados? No primeiro capítulo da obra, destaca-se a relação erótica estabelecida entre índias e brancos, em que as índias aparecem retratadas como sujeitos explorados, figuras vulneráveis.

Nos capítulos subsequentes, encontramos mulheres negras emergirem como “objeto sexual” dos senhores brancos no contexto de uma sociedade escravocrata. Vale destacar, contudo, que estas mulheres, na altura de sua sensualidade, não eram apenas sujeitos passivos, sujeitados, pois muitas sabiam como fazer uso de seus atributos físicos a seu favor. A iniciação sexual dos meninos filhos das elites, episódios de traição envolvendo senhores e escravas, mulheres brancas e escravos; a sexualidade de membros da Igreja; os meandros envolvendo o matrimônio entre negros cativos burilavam a moral sexual na colônia, deixando à mostra os sinuosos caminhos trilhados pelas sexualidades num complexo contexto movido por comportamentos e discursos conflitantes.

Uma das principais razões, responsáveis pela instauração de um cenário tão paradoxal, estava na presença ubíqua da Igreja Católica na Terra Brasilis. Agente do “pudor”, a Igreja, por meio de seus clérigos e do Santo Ofício, via quaisquer práticas sexuais (salvo aquelas restritas ao campo matrimonial e com vistas à reprodução) como pecaminosas, daí o escrutínio das “sexualidades dissidentes” (“sodomia”, “bestialidade”, masturbação, concubinato, etc.) na colônia portuguesa.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX estas questões continuariam presentes, porém com matizes variados. Avançando na leitura do livro, vemos o quanto o machismo, o racismo, o heterossexismo e o elitismo vão se consolidando na sociedade brasileira, fazendo borrar a imagem do Brasil como “paraíso da liberalidade sexual”. Não obstante, observamos a gradual (porém lenta) instauração das homossexualidades masculina e feminina (sobretudo no século XX). Contra o tabu envolvendo a virgindade das moças, temos mulheres burlando moralidades e participando de arranjos conjugais diversos, pondo em xeque o ideal do matrimônio monogâmico.

¹ Pesquisador bolsista (CAPES-PNPD) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: martinhototaf@yahoo.com.br

Outro tema que perpassa várias passagens da obra diz respeito ao sexo comercial envolvendo mulheres (a princípio índias, depois portuguesas e negras escravas e forras). Embora vista como uma prática pecaminosa e/ou ilícita – já que o corpo humano era representado como um templo sagrado –, a “prostituição” feminina era tida pela Igreja como uma “falta” menos grave do que o adultério e a homossexualidade. Segundo Carmo (2011: 72), “[a] valorização da mulher virgem e honrada tinha sua contrapartida na condenação da prostituição”. Ainda conforme o autor, “[a] Igreja fazia vista grossa ao ato do meretrício, desde que fosse realizado para aplacar a pobreza, buscando uma sobrevivência material mais digna. O exercício do meretrício era considerado um trabalho que deveria ser realizado produtivamente, mas sem prazer” (Carmo, 2011: 72-73).

Carmo (2011: 73-74) também nos diz que “[n]os primeiros tempos da colonização, a atividade do meretrício ainda era vista como necessária e importante devido à grande quantidade de homens sem mulheres. O equilíbrio numérico dos sexos, ocorrido mais tarde, não alterou, entretanto, o exercício dessa profissão, que era tolerada quando tinha como finalidade proporcionar a sobrevivência”. O autor observa que “[u]m dos traços mais marcantes da prostituição feminina na história do Brasil talvez tenha sido a enorme quantidade de mulheres escravas, livres e pobres, que se dedicavam à prática. Não havia recanto da Colônia em que não houvesse a disseminação desse ofício, desde as grandes aglomerações até os pequenos e os mais insignificantes arraiais” (Idem, *Ibidem*).

Mas o que significava “ser prostituta” no Brasil colonial? Na verdade, antes de sua “institucionalização”, qualquer comportamento sexual (tido como “desviante”, “transgressor”) posto em prática por uma mulher poderia levá-la a ser qualificada como “prostituta”, “meretriz”, “mulher da vida”, “mulher pública”, e assim por diante. “As mulheres apartadas de seus maridos aventureiros [por exemplo], ao lutarem pela própria sobrevivência, eram consideradas meretrizes e, caso abrigassem outras mulheres, corriam o risco de ser denunciadas como

alcoviteiras. Deve-se ressaltar a carga de preconceito contra a mulher que vivia só, sendo que por ‘mulher solteira’ também se entendia, na época, a mulher de ‘má fama’ ou de ‘má vida’” (Carmo, 2011: 78-79, 82).

A expansão e a “institucionalização” da prostituição feminina constituíram um dos aspectos característicos das sexualidades brasileiras ao longo dos séculos, sobretudo após a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro no início do século XIX. Apesar disso, Carmo (2011: 151-152) afirma que “o país sempre oscilou muito” “[e]ntre a abolição e a regulamentação da profissão”. Uma solução parcial desse problema foi “a tolerância às casas de prostituição em zonas determinadas e a intervenção policial para manter a ordem”. A partir de 1890, a exploração do sexo comercial tornou-se crime. Ironicamente, foi também nesta época que teve início o tráfico de mulheres oriundas de diversos países europeus que chegavam ao Brasil para se prostituir. Estas, por sua vez, dividiam espaço ainda com mulheres negras cativas, inaugurando uma realidade profundamente estratificada no âmbito da prática prostitutiva. Citando Gilberto Freyre em seu *Casa-grande & senzala* (2006), Carmo (2011: 176) informa que “as meretrizes podiam ser classificadas em ‘aristocráticas [polacas e, principalmente, francesas] ou de sobrados, as de sobradinhos e rótulas, e a escória, refugiada até em casebres’, em geral libertas e escravas”².

A partir do século XIX e princípios do XX, assistimos ao aparecimento de um ingrediente a mais neste cenário já bastante multifacetado, isto é, o discurso médico-legal e a consequente patologização de uma série de

2 “Mulatas ou negras eram vistas naturalmente como mulheres fáceis”, escreve Carmo (2011: 151), “mas também o eram as brancas europeias que não se comportavam segundo as normas de pudor do país. As estrangeiras, com uma cultura mais liberal e com o hábito de saírem à rua sozinhas, irritavam-se com os galanteios nas calçadas”. Em outra passagem, o autor diz: “A expansão e a sofisticação dos bordéis começaram a despertar no rude homem brasileiro um diferente anseio por prazer sexual. Segundo Freyre, as meretrizes francesas eram renomadas pela habilidade em proporcionar aos homens maduros e rapazes as sutilezas do amor, por revelarem delicadezas eróticas aos neófitos do prazer. Ao frequentar o bordel, o homem corria o risco de aprender condutas eróticas que não praticava com sua legítima esposa.” (Carmo, 2011: 151-152).

práticas sexuais, dentre elas a prostituição. Nas palavras do autor,

O discurso médico havia tornado incompatíveis prazer sexual e maternidade, cindindo as duas imagens da mulher em verdadeira camisa de força. Assim, a santidade da família dependia da continuidade da prostituição, contanto que ela fosse regulamentada e higienizada, sujeita ao poder policial e médico. Nos debates que defendiam a regulamentação do meretrício explicitava-se que a rainha do lar não sobreviveria sem a existência da prostituta.”

(...)

Sendo impossível a erradicação da prostituição e o desejo sexual masculino considerado uma necessidade primária, juristas e médicos tendiam a tolerar tal prática, desde que sanitariamente controlada. Qual técnica de intervenção seria eficaz: lei repressiva ou educação? Eles acreditavam que, contida a prostituição e sanitariamente vigiada, ela teria até função social benéfica, pois canalizava os impulsos sexuais dos jovens e dos que não se haviam casado. Sem a prostituição, temiam que tais impulsos não satisfeitos acabassem por manchar a moral das famílias, atingindo a virgindade das filhas; ou ainda, que os homens se corromperiam, aumentando o rol dos depravados, estupradores, onanistas, homossexuais, etc. (Carmo, 2011: 256-257).

Ao longo do tempo, porém, o discurso médico, em sua ambiguidade, não apenas mostrou-se incapaz de refrear o nascimento de uma série de “pervertidos sexuais”, como contribuiu para sua criação. Como escreveu Foucault em *A vontade de saber* (1999: 47-48), “o crescimento das perversões é o produto da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres. A implantação das perversões é um efeito-instrumento, pois é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam. Desse modo, dá-se um entrelaçamento compreendendo prazer e poder, através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação”.

De certo modo, o livro de Carmo endossa a tese

foucaultiana, não apenas no âmbito da prostituição feminina, mas também no que diz respeito às sexualidades de um modo geral, aquelas praticadas por homens e mulheres jovens e adulto(a)s, das chamadas “classes populares” ou das elites, das grandes cidades ou dos sertões brasileiros ao longo da história do Brasil. Ao cabo da leitura de *Entre a luxúria e o pudor*, constatamos que o Brasil, antes de ser o “paraíso tropical” que tanto deleitou o olhar estrangeiro, adentra o século XXI não apenas cercado de pudores, mas também imerso em fenômenos como o turismo sexual transnacional, a exploração sexual de adultos, crianças e adolescentes, a homofobia, o racismo, a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, imersos numa série de jogos cercados de luxúria e pudor.

É certo que Carmo termina por nos tornar menos românticos quando pensamos o Brasil. Por outro lado, nem por isso ficamos diante de um país menos fascinante por sua complexidade, fluidez e contradições no que concerne às práticas, aos comportamentos, às identidades e aos discursos relativos às sexualidades abaixo da linha do Equador.